

Agroecologia: única saída para produção sustentável

O trabalho da Subcomissão sobre o uso dos agrotóxicos e suas consequências à saúde constatou vários problemas. Cada brasileiro consome, em média, oito litros de veneno por ano. E segundo relatório da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, vários alimentos que chegam à mesa dos brasileiros estão contaminados, com doses muito acima do que é permitido. Um crime contra a saúde pública.

Este modelo de produção é insustentável e suicida. Precisa ser superado. E a saída é a produção agroecológica e orgânica. O apoio à Agricultura Familiar é fundamental para este novo modelo de produção.

Padre João é membro da Comissão Especial que analisa o projeto de lei 6670/2016 que institui a Política Nacional de Redução do uso de Agrotóxico. O projeto foi aprovado pelo colegiado, 04/11/18. Segue agora para aprovação do Senado.

“Esta tem sido a nossa luta: pela vida, pelo alimento saudável, livre de agrotóxico, pela produção agroecológica e orgânica, pela mãe terra. Chega de veneno. Foi uma vitória importante. Precisamos de apoio da sociedade para aprovarmos a matéria também no plenário e depois no Senado. Existe uma proposta que vai contra todo este nosso esforço. Querem aprovar o ‘pacote do veneno’. Um liberou geral que pode colocar mais veneno na nossa comida. Chega!”, afirmou Padre João.

 @padrejoao  @dep_padrejoao  deppadrejoao  @dep_padrejoao

www.padrejoao.com.br

Gabinete de Brasília/DF
Câmara dos Deputados, Anexo 4,
7º Andar Gabinete 743. Cep: 70160-900
Telefone: (61)3215-5743
(61)3215-2743
dep.padrejoao@camara.leg.br

Escritório de Belo Horizonte MG
Rua Rio Claro, 25. Prado -
Cep: 30411-148
Telefones: (31) 2511-9810
(31) 2511-9808
padrejoao@padrejoao.com.br

Padre João 

TÔ COM O PADRE

INFORMATIVO ESPECIAL TRABALHO LEGISLATIVO

MANDATO COLETIVO E PARTICIPATIVO DEPUTADO FEDERAL PADRE JOÃO



O trabalho de Padre João na Câmara Federal tem sido em defesa da agricultura familiar, da segurança alimentar e nutricional, em defesa da produção agroecológica e orgânica, pela educação do campo, em defesa dos direitos humanos, dos índios, negros e minorias, pelo direito à terra, moradia, água, habitação e no controle e redução do uso dos agrotóxicos.

MARCO DO TRABALHO LEGISLATIVO

Em 2011, Padre João propôs a criação da **SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE O USO DOS AGROTÓXICOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS À SAÚDE**, da qual foi relator. O relatório apro-



vado pela Comissão de Seguridade Social e Família, em 22/11/ 2011, é um marco no parlamento brasileiro. Traz um diagnóstico preciso sobre o tema e revela sérios problemas, como: falta de fiscalização, subnotificação de doenças, uso de veneno já proibidos em outros países, contaminação e destruição do meio ambiente e doenças provocadas pelos agrotóxicos, como: câncer, depressão, distúrbios psicológicos, puberdade precoce, suicídio, mutação genética, entre outras.

Projetos de Lei de Padre João, frutos da Subcomissão



PL 1068/2015 - Passa a ser infração a não notificação pelos profissionais de saúde os problemas causados pelos agrotóxicos.

Situação: Transformado em Lei Ordinária 13730/2018.

PL 1644/2015 - Atualiza taxas cobradas para avaliação e reavaliação para registro de agrotóxicos.

Situação: pronto para a pauta da Comissão de Seguridade Social e Família.

PL 461/2015 - Obriga a inclusão de imagens realistas nos rótulos sobre males causados pelos agrotóxicos.

Situação: apensado ao PL 6299/02 e aguarda parecer na Comissão Especial.

PL 958/2015 - Disciplina sobre receituário agrônômico que será emitido em seis vias.

Situação: Apensado ao PL 6299/2002, pronto para a pauta do Plenário.

PLP 53/2015 - Proíbe a transferência voluntária de recursos federais para Estados, Distrito Federal e Municípios que apresentem irregularidades no processo de notificação de doenças.

Situação: aguarda votação na Comissão de Finanças e Tributação.

PL 10695/2018 - Acrescenta normas gerais sobre rotulagem de alimentos, com informações sobre açúcar, gorduras, sal, óleos e nutriente com linguagem simples e compreensível.

Situação: aguarda votação na Comissão de Defesa do Consumidor.

PL 3614/2012 - Estabelece normas mais seguras para aplicação de agrotóxicos. Apensado ao 740/2003.

Situação: Pronto para a pauta do plenário.

PL 3615/2012 - Obriga as empresas de aviação agrícola a enviar cópias de prescrições de agrotóxicos e relatórios anuais aos órgãos competentes.

Situação: Pronto para a pauta da Comissão de Constituição e Justiça.

***Projetos de autoria de Padre João**

Outras propostas de Padre João

PL 10694/2018 - Altera forma de revisão e cancelamento de benefício previdenciário concedido por decisão judicial.

Situação: aguarda votação na Comissão de Seguridade Social e Família.

PL 9625/2018 - Institui a política nacional de incentivo às micro destilarias e cooperativas de pequenos agricultores.

Situação: aprovado na Comissão de Agricultura e Pecuária.

PL 7862/2017 - Estende aos alunos egressos das escolas famílias agrícolas os mesmos direitos dos alunos das escolas públicas: acesso gratuito ao ensino superior.

Situação: apensado ao PL 7700/2006, aguarda deliberação da CCJ.

PL 5917/2016 - Exclui os movimentos sociais da classificação de organização criminosa.

Situação: Aguarda parecer e votação na CCJ.

PEC 309 /2013 - Inclui o catador de material reciclável como segurado especial da Previdência Social.

Situação: Pronta para a pauta do Plenário.

PL 6054/2013 - A Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, instrumento de identificação do pescador artesanal como segurado especial da Previdência Social.

Situação: Aguarda parecer e votação na Comissão de Constituição e Justiça.

PL 6176/2013 - Institui a Política Nacional de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças de Variedades e Cultivares Locais, Tradicionais ou Crioulos.

Situação: aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça.

PL 6837/2013 - Define o domicílio rural como unidade consumidora autônoma para fins de eletrificação e não somente a propriedade.

Situação: aguarda votação pelo Plenário.

PL-3433/2012 - Proíbe a terceirização nas empresas concessionárias de serviços públicos nas atividades fins.

Situação: pronto para votação na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

PL 3461/2012 - Isenta a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e da Contribuição do PIS/Pasep da agricultura familiar.

Situação: Aguarda votação na Comissão de Finanças e Tributação.

PL 4685/2012 - Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária.

Situação: aprovado na Câmara. Já está no Senado Federal.

***Acompanhe a tramitação dos Projetos de Lei pelo site**

http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_lista.asp?Autor=5310781&Limite=N